

## **PIQUETES E CHARUTOS: SOBRE CRÍTICAS DE PERLONGHER E SARDUY À REPRESSÃO HOMOSSEXUAL**

Antonio Andrade<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo, abordo os movimentos históricos que tiveram lugar na Argentina e em Cuba, sobretudo durante as décadas de 1960 a 1980, com vistas a oferecer uma visão aprofundada do cenário político em que se inserem os textos literários e não-literários de Néstor Perlongher e Severo Sarduy. Tento apontar, em cada caso, o modo como a repressão à homossexualidade interfere nos discursos tanto da direita quanto da esquerda, problematizando a reflexão sobre o contexto sócio-histórico. Ao ler comparativamente os escritos desses autores, mostro a recusa contundente de ambos tanto à repressão quanto às tendências de vitimização e guetificação da comunidade homossexual – tentativas de normatizar a tensa relação entre desejo e comunidade.

**Palavras-chave:** comunidade, homoerotismo, literatura, repressão.

**Abstract:** In this paper, I discuss the historical movements that have taken place in Argentina and Cuba, especially during the decades from 1960 to 1980, aiming to offer a further insight into the political landscape of Néstor Perlongher's and Severo Sarduy's literary and non-literary texts. I try to point out, in each case, how the repression of homosexuality interferes with right-wing and left-wing politics, discourses and socio-historical contexts. Comparing their writings, I highlight their blunt refusal of either the gay repression or the victimization and ghettoization trends of the homosexual community - attempts to regulate the tense relationship between desire and community.

**Keywords:** community, homoeroticism, literature, repression.

### **1. A ditadura argentina e a militância a la brasileira de Néstor Perlongher**

A história dos grupos de defesa dos direitos homossexuais na Argentina pode ser contada em paralelo com a história política e social do país desde os anos 1960 até o presente. Em “Historia del Frente de Liberación Homosexual de la Argentina”, Perlongher (1997, p. 78) afirma que “*Tanto la sincera necesidad de liberarse de un machismo profundamente anclado en la sociedad argentina, como la convicción de que esa liberación no podía sino producirse en el marco de una transformación revolucionaria de las estructuras sociales vigentes*” são os elementos constitutivos do movimento gay portenho. O golpe de Estado que derrubou o governo democrático de Arturo Illia, ocorrido em 28 de junho de 1966, implantou no país uma ditadura militar, autodenominada

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense. Email: antonioandrade.ufrj@gmail.com.

Revolução Argentina, que adotou uma enorme quantidade de medidas econômicas visando a abertura do mercado interno aos grandes monopólios internacionais, ao mesmo tempo que empreendeu ações de enfranquecimento dos sindicatos e grêmios consolidados durante o governo de Juan Domingo Perón, suprimindo os direitos conquistados pelos trabalhadores e reprimindo greves e atividades políticas de esquerda, consideradas subversivas e comunistas. Os três generais que se sucederam no comando da junta militar foram Juan Carlos Onganía, Marcelo Levingston e Alejandro Agustín Lanusse. Em 1969, na cidade de Córdoba, as tensões sociais provocadas pelas medidas autoritárias de Onganía resultam no chamado 'Cordobazo': uma importante onda de protestos e manifestações contra o regime ditatorial que uniu, sobretudo, os diferentes grupos de estudantes universitários e sindicalistas. Nesse mesmo ano, a intensa movimentação da esquerda em todo o país em favor da luta contra a ditadura não impede que o militante Héctor Anabitarte seja expulso do Partido Comunista devido a sua orientação sexual. Tal fato geraria a formação do grupo Nuestro Mundo, considerado a primeira tentativa de organização homossexual na América Latina, liderado por Anabitarte e integrado principalmente por ativistas de grêmios da classe média baixa. Na época, o discurso do grupo era apenas reformista, reivindicava a correção de contradições internas ao próprio Partido Comunista e ainda não tinha ligações ideológicas com o Maio de 68 na França ou com o Gay Power norte-americano (cf. PALMEIRO, 2010, p. 27-28).

Já em 1971, a influência dos movimentos internacionais de constestação política, cultural e sexual conduz ao surgimento da Frente de Liberação Homossexual da Argentina (FLH), que reunia grupos autônomos de militantes (Eros, Nuestro Mundo, Profesionales, Safo, Bandera Negra, Emanuel, Católicos Homossexuales Argentinos etc.) que atuavam, sobretudo, na cidade de Buenos Aires e coordenavam ações comuns entre si. Seu nascimento coincide com o início da administração liberal de Lanusse, que prepararia o terreno para a volta do peronismo, cedendo às pressões políticas, multiplicadas desde 1970 pelo sequestro e assassinato do general Pedro Aramburu, responsável pelo golpe que resultou no exílio de Perón de 1955 a 1973,

operação assumida pelos Montoneros. Lanusse suspende a proibição dos direitos políticos do Partido Justicialista, embora mantenha dispositivos legais que impedem Perón de se candidatar. Por isso, Héctor Cámpora, candidato peronista, é eleito em 1973 e, dentre suas primeiras ações, concede anistia e retoma relações diplomáticas com Cuba. Em junho de 1973, as tensões entre os grupos armados de esquerda e os sindicalistas de direita que formavam a coalizão heterogênea articulada pelo peronismo resulta num conflito sangrento, conhecido como Massacre de Ezeiza, ocorrido no aeroporto argentino no dia do retorno de Perón ao país. O apelo popular, estampado no slogan da época “*Cámpora al gobierno, Perón al poder*”, faz com que, em julho desse mesmo ano, sejam convocadas novas eleições, nas quais Perón acaba sendo reeleito com mais de 60% dos votos.

Apesar de a FLH ter apoiado a volta de Perón ao poder, os militantes homossexuais nunca deixaram de sofrer discriminações das alas mais conservadoras dos diferentes grupos que sustentavam o governo, inclusive por parte da Juventude Peronista. Como bem demonstrou Beatriz Sarlo (2005, p. 173), a radicalização guerrilheira, traduzida de maneira paradigmática pela atuação dos Montoneros, é fruto do entrecruzamento do extremismo político com o religioso, tributário da teologia da libertação, de modo que tanto os setores hegemônicos de direita quanto de esquerda não permitem a abertura de espaços para o questionamento da centralidade do núcleo familiar católico heterossexual, valor ideologicamente imiscuído à própria causa do peronismo. Perlongher (op. cit., p. 80) chega a dizer que, durante o curto período de governo de Perón nos anos 1970, “*se reanudaban las razzias contra bares gays; y militantes eran detenidos y golpeados por la policía*”. A revista *Somos*, organizada pela FLH, é lançada durante essa época e funciona como um dos veículos de protesto da comunidade homossexual argentina contra a “Campanha de Moralidade”, que representava a rápida direitização da administração peronista por seguir rotinas repressoras muito semelhantes às que foram postas em prática desde o período de Onganía pelo chefe de polícia Margaride – chamado de “*tía Margarita*” no jargão gay local.

Com o falecimento de Perón em 1974 e a ascensão ao poder de María Estela Martínez (Isabelita Perón), esposa do líder e vice-presidente na época, a Argentina entra em um período de acirramento dos conflitos entre a guerrilha armada e o terrorismo de Estado. Na verdade, o governo Isabelita era comandado pelo então ministro do bem-estar social José López Rega, responsável pela criação da Aliança Anticomunista Argentina, conhecida como *Triple A*, grupo que se dedicou a perseguir todos aqueles suspeitos de fomentar ideologias esquerdistas. Nesse período, inúmeros artistas e intelectuais abandonaram o país mediante constantes ameaças de morte. A repressão aos grupos homossexuais tornou-se ainda mais intensa, forçando o enfraquecimento da FLH devido à drástica redução de seu número de integrantes.<sup>2</sup>

O retorno do cadáver de Eva Perón a Buenos Aires em 1975 produz um duplo impacto sobre a comunidade homossexual argentina. Por um lado, recobra o fascínio dos gays e travestis pela atriz provinciana de passado “duvidoso”, que seduziu o poderoso general, tornando-se primeira-dama a contragosto da elite, através da ressurreição da atmosfera de feminilidade e poder que envolvia a responsável pela verdadeira popularização do peronismo, sobretudo entre as classes baixas (“*los grasitas*”). O embalsamamento perfeito do corpo, que devolveu à mulher cancerosa sua feição de boneca, assim como a lembrança de seus vestidos e jóias, reforçam ainda mais a transformação de Evita em uma “diva” (gay) argentina – imagem aproveitada tanto por Copi como por Perlongher. Por outro lado, os significados do mito evitista apontavam a diferença entre o período áureo do peronismo, de 1946 a 1952, e a decadência do justicialismo sob o comando de Isabelita. O movimento peronista estava, na metade da década de 1970, cindido entre os interesses de esquerda e direita. A economia do país entrava em um processo de colapso, agravado pelas sucessivas greves da Confederação Geral do Trabalho (CGT). O crescimento

---

<sup>2</sup> Perlongher oferece-nos um exemplo de como o terror da perseguição aos homossexuais se concretizava durante o mandato de Isabelita / López Rega: “*A mediados de 1975, el semanario fascista El Caudillo – ligado al elenco gobernante – llama a acabar con los homosexuales y propone lincharlos, haciendo abierta referencia al FLH. En esos momentos, buena parte de los militantes y simpatizantes se alejan, proponiendo la disolución*” (PERLONGHER, op. cit., p. 83).

da guerrilha urbana levou o governo a permitir a intervenção das Forças Armadas com vistas a restaurar a ordem pública. Todos esses acontecimentos resultam, então, no golpe militar de 24 de março de 1976, que dá início a um novo e ainda mais sangrento período ditatorial, autodenominado Processo de Reorganização Nacional.

Já em 1976, durante o governo de Jorge Rafael Videla, a FLH decide se dissolver, por falta de possibilidade de seguir funcionando sob o terror da repressão. Estima-se um número de aproximadamente 30.000 desaparecidos durante o regime militar.<sup>3</sup> Ricardo Rodríguez Pereyra (2004) chama a atenção para a combinação entre as inúmeras ações de repressão a boates e locais de reunião de homossexuais – sobretudo durante a Copa do Mundo de 1978, sediada na Argentina – e o sistema de corrupção e pagamento de propinas (*coimas*) que funcionou como um lucrativo negócio para alguns setores da polícia com a cobrança de dinheiro em troca de liberdade e silêncio em relação à detenção de gays, muitos deles casados e pertencentes a famílias de classe média alta, frequentadores desses locais.

No ensaio “Nena, lleváte un saquito”, de *Prosa plebeya*, Perlongher critica a arbitrariedade dos *edictos policiales*, que persistiram desde a época da ditadura até os anos 2000 em algumas províncias argentinas. Tais decretos investiam a polícia de uma espécie de poder judiciário, transformando a instituição no principal veículo de manutenção do autoritarismo machista em relação às mulheres e aos homossexuais. Leia-se o seguinte fragmento, em que Perlongher assinala, com ironia, os precedentes legais que propiciavam as

---

<sup>3</sup> Apesar de todo o esforço de levantamento estatístico dos órgãos de defesa dos direitos humanos, o histórico da repressão aos homossexuais na Argentina continua obscurecido pela ausência de dados oficiais. No site do governo, consta, por exemplo, uma tabela da CONADEP (*Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*) com porcentagens de desaparecidos, distribuídos segundo o critério de profissão ou ocupação. Remeto o leitor ao seguinte endereço eletrônico: <http://www.me.gov.ar/efeme/24demarzo/dictadura.html>. É preciso chamar a atenção, portanto, para a invisibilidade da questão gay nos testemunhos dos desaparecidos da ditadura no país. Só agora começam a surgir falas esparsas em meio às diversas vozes discursivas ouvidas como instâncias legítimas de denúncia em relação à violência praticada pelos militares. Veja-se, nesse sentido, o link da entrevista concedida pela transexual Valeria Ramírez à agência de notícias AFP e divulgada pelo site UOL em 27/01/2011: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2011/01/27/fomos-os-desaparecidos-invisiveis-da-ditadura-conta-travesti-argentino.jhtm>.

ações punitivas do Estado, visando à regulação dos corpos e do desejo dentro de uma sociedade moralista:

*La chica se puede hartar de que la confundan y tomarse el ómnibus a Córdoba – donde rige, desde 1980 (oh juristas del proceso!) un Código de Faltas que impide confusiones: "Serán sancionados con arresto hasta de treinta días quienes ejerciendo la prostitución se ofrecieran o incitaran molestando a las personas o provocando escándalos. Se entenderá que hay ofrecimiento respecto de la mujer (o el homosexual o vicioso sexual) que permaneciera en la vía pública en circunstancias que exterioricen un atentado contra la decencia pública. En todos los casos, será obligatorio el examen médico venéreo y, en su caso, la internación curativa" (Art. 22§). Cada provincia tiene sus normas, las cordobesas pueden apelar (con suerte) ante el juez. Pero... quienes juzgan las "circunstancias del decoro" son los comisarios y subcomisarios, habiendo un plazo de 3 días para la resolución, 24 horas para la apelación y 20 días para que el juez decida. Eso quiere decir que cualquiera puede comerse hasta 24 días en cana, sólo porque algún agente receloso vuelque sobre una su mirada perversa... (PERLONGHER, op. cit., p. 26 – grifos meus)*

Não só o ensaísmo político mas também a performance militante de Perlongher guardam inúmeros exemplos de protesto em relação à violência cometida pela ditadura militar vigente de 1976 a 1983. Durante esse período, o autor viajou pela Argentina coletando relatos de homossexuais que tinham sido presos e maltratados pela polícia. Ben Bollig (2007, p. 9) conta, inclusive, que ele foi repetidamente apreendido e que, em 1981, chegou a ser espancado por alguns oficiais em Mendoza. Ao que parece, sua decisão de se exilar no Brasil deve-se em parte a isso. Nesse mesmo ano, uma batida policial prendeu mais de vinte pessoas em um show na tradicional feira de San Telmo, sob a alegação de que havia "*mucha gente amoral, homosexuales y ese tipo de gente en la plaza*" (apud RODRÍGUEZ PEREYRA, 2004). Em 1982, o Comando Cóndor lançou um anúncio de fechamento dos teatros de revista e espetáculos com a participação de travestis. Em 1983, foi expulso do país e ameaçado de morte o cineasta alemão Werner Schroeter – um dos pioneiros

do cinema gay e diretor do filme *De l'Argentine* (1986) –, que se encontrava em Buenos Aires dando uma oficina para um grupo de estudantes do Instituto Goethe, de acordo com o relato de Gabriela Massuh, publicado em 2001 na página web “Radarlibros” do jornal *Página/12*:

*En 1983 invitamos al cineasta alemán Werner Schroeter a dar un taller en el Instituto Goethe. Amenazas telefónicas, que duraron dos días y, sobre todo dos noches, nos obligaron a meterlo compulsivamente en un avión: lo acusaban de homosexual. Schroeter es homosexual. Entendí, otra vez a destiempo, el terror de tantos durante tanto tiempo. Ya feneciente, la dictadura podía hacerse notar hasta en la banalidad de un taller de cine.*

A derrota da Argentina na Guerra das Malvinas, em 1982, abre caminho para a derrocada da ditadura militar, que se dará no ano seguinte. No ensaio “Todo el poder a Lady Di”, publicado por Perlongher sob o pseudônimo de Víctor Bosch, explicita-se a contraditória junção entre autoritarismo militar e anticolonialismo no conflito que, segundo ele, não passava de uma estratégia de retomada de um anti-imperialismo ingênuo e xenófobo que conseguiu reunir novamente a semiclandestina força sindical da CGT e o que restou da massacrada esquerda em torno dos ideais de reafirmação nacional. Em “El deseo de unas islas”, Perlongher ironiza, simultaneamente, a solidarização popular, inclusive da esquerda, com o regime militar, em prol da (pseudo)batalha pela soberania nacional, e a inserção histórica da homossexualidade nos ambientes de maior exacerbação da masculinidade, como as Forças Armadas:

*(...) cualquier movimiento homosexual que se preciara debería haber declarado la inmediata solidaridad con las maricas malvineras – quedando, de paso, mejor que los izquierdistas que se solidarizaron con la dictadura argentina –, no tanto porque ellas no se los pudieran bancar solas – ya que los cargamentos de vaselina rusa untuosa distribuida a través de la soldadesca tornan gozosa cualquier dilatación –, sino porque la*

*guerra habría de acabar algún día, y quién las podrá rescatar de ese vicio de masas.* (PERLONGHER, op. cit., p. 185)

Em *Fiestas, baños y exilios: los gays porteños en la última dictadura*, Flavio Rapisardi e Alejandro Modarelli também mostram, através dos testemunhos de homossexuais que viviam na cidade de Buenos Aires durante o Processo de Reorganização Nacional, a permanência, apesar de todas as medidas de controle da moralidade, de um submundo de sexo entre homens não só nos banheiros públicos das estações de trem – chamados de “teteras” –, mas também na própria *Comisaría de la Casa de Gobierno*, literalmente debaixo de Videla.

Em 1983, termina a ditadura e inicia-se um processo de redemocratização no país. Nesse mesmo ano, Enrique Symns funda a revista *Cerdos & Peces*, que funciona como um instrumento da contracultura, dando visibilidade, sobretudo, à comunidade gay. Apesar da volta à democracia, continuava havendo inúmeros crimes de homofobia e repressão policial aos homossexuais.<sup>4</sup> Por isso, um grupo de aproximadamente 150 pessoas resolve criar, na boate Contramano, uma organização chamada de Comunidade Homossexual Argentina (CHA). Em maio de 1984, um mês após a sua criação, a CHA publica no jornal *Clarín* um manifesto intitulado “Con discriminación y represión no hay democracia”, que solicita a suspensão de leis e *edictos* que reprimem as liberdades individuais; o fim da prisão arbitrária para averiguação de antecedentes; o fim imediato da repressão aos lugares frequentados pela comunidade homossexual; a livre escolha e exercício da sexualidade, bem como o fim de toda discriminação sexual no âmbito trabalhista, social e moral; e “*El cese de la campaña difamatoria contra los homosexuales, que quiere*

---

<sup>4</sup> Algumas explicações aterrorizantes para tais assassinatos vêm a público, na Argentina dos anos 1980, por meio de discursos que insistem em patologizar a homossexualidade. Um exemplo disso é o depoimento do delegado de polícia Donatto, cuja opinião sobre os casos é a seguinte: “*Son frecuentes los casos de individuos de vida equívoca que son masacrados mediante la aplicación de golpes en la cabeza. Esto puede explicarse por la especial posición que ocupan los amoraes durante la relación. (...) Las mismas víctimas buscan su autoeliminación porque a veces a ellos mismos les falta valor para suicidarse. (...) Es un problema de psicosis de los homosexuales que buscan la mano ejecutora de su muerte*” (apud RODRÍGUEZ PEREYRA, op. cit.).

*asociarnos con la drogadicción, prostitución y corrupción*” (apud RODRÍGUEZ PEREYRA, op. cit.)

De certa maneira, esse tipo de atitude das organizações que representam a comunidade homossexual na esfera pública traça um plano de desassociação progressiva do desejo homoerótico em relação à marginalidade. Projeta-se, assim, um modelo de comunidade organizada, plenamente inserido nos paradigmas sociais, morais e trabalhistas que deveriam reger a sociedade democrática como um todo. Tal modelo coletivo corresponde, lógico, a um protótipo de sujeito que, no trajeto de luta pelas “liberdades individuais”, vai se afastando pouco a pouco da imagem da *loca* para assumir o estereótipo gay, de acordo com o modelo americano. Reside, pois, no discurso da CHA, uma clara vontade de inclusão que sinaliza um caminho de defesa dos direitos civis dos “casais” homossexuais – entendidos aí como parceiros “fixos” ao estilo gay/gay e não mais bicha/bofe (*marica/chongo*) –, desembocando em importantes vitórias para este padrão de comunidade, tal como a aprovação do casamento de pessoas do mesmo sexo na Argentina em 2010. Essa pauta de reivindicações não é, entretanto, um consenso entre os teóricos dos estudos gays. Na França, Guy Hocquenghem será um dos primeiros intelectuais a problematizar a perspectiva dos movimentos homossexuais com respeito às leis. Sua crítica vai além da questão do matrimônio de casais homoafetivos, chegando a pôr em xeque o ativismo em prol de um lugar diferenciado para gays e lésbicas dentro do Código Penal. Não porque isso feriria o pressuposto de “igualdade” para todos os cidadãos, mas sobretudo porque desconsideraria a plurivocidade de manifestações da sexualidade (cf. HOCQUENGHEM, 1980, p. 147). Coloca-se em discussão, assim, a própria noção jurídica de consentimento, já que, inevitavelmente, a condenação ou absolvição de um homossexual perante a Lei passa pelo seu assujeitamento ou rebeldia em relação aos códigos de ordem e de “bons costumes” (Idem, p. 150). Desse modo, Hocquenghem assinala um processo de “encaretamento” da homossexualidade, na medida em que a diversidade barroca dos estilos homoeróticos tradicionais, ao mesmo tempo temidos e repudiados, vem sendo substituída por um estereótipo (bem-comportado) de homossexual do Estado.

Seu pensamento, com isso, faz notar o efeito retrógrado que se escamoteia por detrás do aparente protagonismo ativista, tipo *gay front*.

Tal movimento em direção à margem que resulta na afirmação de modelos identitários será também criticado em “La desaparición de la homosexualidad”, ensaio em que Perlongher mostra como a atração dos homossexuais tradicionais pelo centro – Centro da cidade de São Paulo, por exemplo –, e ao mesmo tempo pelo que excede a lei, vem sendo suplantada à proporção que as políticas diferencialista vão ganhando terreno:

*(...) el movimiento homosexual triunfó ampliamente, y está muy bien que así haya sido, en el reconocimiento (no exento de humores intempestivos o tortuosos) del derecho a la diferencia sexual, gran bandera de la libidinosa lidia de nuestro tiempo. Reconozcámoslo y pasemos a otra cosa. Ya el movimiento de las locas (no sólo político, sino también de ocupación de territorios: un verdadero Movimiento al Centro) empezó a vaciarse cuando las locas se fueron volviendo menos locas y, tiesos los bozos, a integrarse: la vasta maroma que fundía a los amantes de lo idéntico con las heteróclitas, delirantes (y peligrosas) marginalidades, comenzó a rajarse a medida que los manflorones ganaron terreno en la escena social. (PERLONGHER, op. cit., p. 89)*

Subsiste, nas propostas da CHA e de outras organizações surgidas nessa mesma época em outros países da América Latina, um nítido intento de uniformizar a comunidade homossexual através de demandas políticas que se adequam, na verdade, aos anseios de determinada parcela da classe média gay. Rapisardi e Modarelli, de certo modo, também provocam o questionamento sobre a possibilidade de se agrupar em um só coletivo os *habitués* de banheiros públicos, as humildes *mariquitas de barrio* maltratadas pela polícia e os sofisticados ex-militantes da FLH. Ou seja, antes de se falar em “comunidade homossexual”, é preciso questionar as formas de agrupamento deste “todo”, assim como os recursos pragmáticos que procuram construir o efeito de univocidade por meio do discurso militante. Ao observarem a problemática da micropolítica e os entrelaçamentos da produção desejante

com o campo social, Deleuze e Guattari (2007, p. 14-15), por exemplo, vão defender um tipo de escrita capaz de encetar agenciamentos coletivos de enunciação, que seriam uma maneira de se contrapor ao trabalho – comum na esfera do político – de elaboração de referentes gerais interestruturais. Concebe-se, assim, que o ato de escrever deve subtrair o ‘único’ da multiplicidade a ser constituída, isto é, deve buscar o ‘múltiplo’ sem querer acrescentar-lhe sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, tratando de permanecer no nível das dimensões de que se dispõe.

Tal proposta de antiprotagonismo estético e político tem a ver, portanto, com a ideia de se escrever a partir dos restos da experiência (do que se dispõe), pensando a comunidade – de maneira rizomática, para usar novamente um termo deleuzeano – como aquilo que conecta organizações de poder e cadeias semióticas diferentes. Ou seja, sob esse ponto de vista, acredita-se que tanto a literatura como a crítica contemporâneas deveriam trabalhar a partir desses planos de dispersão, e não na contínua negação deles. Isso se torna uma forma de ir contra a tendência de se transformar o artista em um ser excepcional, genial ou *outsider*, representante de todos – ou, para abarcar também a gramática culturalista, representante de toda uma minoria. Para evitar separar as noções de representação e experiência, a crítica precisaria ler a produção literária das últimas décadas como um agente imiscuído às redes de significantes que ora competem pela significação do momento histórico, ora tentam desarticular ou desabilitar campos de interpretação já densamente configurados. Tal perspectiva discrepa, a meu ver, da concepção exposta por Adorno no ensaio “O artista como representante”, onde se pode ler o seguinte trecho:

Toda a concepção de *valéry* se volta (...) contra a entronização do gênio, profundamente arraigada, sobretudo na estética alemã, desde Kant e Schelling. O que ele exige do artista, a auto-imposição de limites técnicos e a submissão à coisa, não é uma limitação, mas uma ampliação. O artista, portador da obra de arte, não é apenas aquele indivíduo que a produz, mas sim torna-se o representante, por meio de seu trabalho e de sua passiva atividade, do sujeito social coletivo. Ao se submeter à necessidade da obra de arte, ele elimina tudo o que nela poderia se dever apenas à mera contingência de sua individuação. Mas, junto a essa posição de suplente do sujeito

social como um todo, suplente daquele mesmo homem completo e indiviso ao qual apela a ideia de belo de Valéry, pode também ser pensada uma situação na qual se efetivaria socialmente o sujeito completo. A arte que alcançasse a si mesma, seguindo a concepção de Valéry, transcenderia a própria arte e se consumiria na vida justa dos homens. (ADORNO, 2003, p. 164)

Continuar concebendo, conforme Adorno, a arte como uma forma de representação do “sujeito social como um todo” recairia na defesa de uma espécie de totalização expressiva, sem levar em conta as ramificações do contingente que se enervam na fragmentação da vida contemporânea. De certa maneira, o teórico propõe uma impugnação da ideia de “gênio” individual por meio de outro paradigma protagônico. Por isso, ao privilegiar nesta leitura autores que abandonam o protagonismo personalista dos processos de individuação autoral – primeiro por trazerem a reflexão sobre a comunidade para o centro de suas obras, e ainda por reelaborarem constantemente seus procedimentos de composição artística – estou buscando um eixo de análise oposto ao adorniano, visto que, na minha opinião, a produtividade da literatura atual está justamente em sua capacidade de indiciar dissidências e desajustes contidos no corpo social e, consecutivamente, de recusar formas de modelização do todo por meio da concepção de um formalismo absoluto. Além disso, para Adorno, a negatividade da arte é a imposição de sua qualidade contra a estupidez da vida moderna, que aliena o homem e transforma o leitor e o apreciador de arte em idiotas, cúmplices da própria humilhação humana, consumidores de objetos industrializados, ditos “artísticos”. Ao contrário, penso que também a partir do consumo, ou mesmo dos dejetos da cultura massa, da mediania, possam surgir produtivas propostas de criação e/ou modos de composição que desloquem o artista do seu lugar de excepcionalidade, sem ressublimá-lo através do rótulo de “representante”.

Em suas reapropriações da imagem de Evita, por exemplo, Perlongher explora com acuidade a polifonia advinda de uma construção verbal heteróclita que reúne cristalizações do discurso sociopolítico peronista, índices de vagabundagem e delinquência de determinada subcultura urbana periférica, além de imbricações entre o discurso feminino maternal e o erotismo *camp*. É interessante perceber, nesse sentido, que o autor não almeja simplesmente

opor o discurso engajado ao discurso hegemônico autoritário. Na verdade, ele se aproveita dos próprios dizeres hegemônicos a tensão que configura a instabilidade política. No que diz respeito à ligação entre homossexualidade e marginalidade – um de seus focos principais –, seus textos evidenciam a convivência entre a grande violência repressora e a permanência sub-reptícia das práticas dissidentes, evitando vitimizar ou heroicizar qualquer um dos dois lados, buscando assinalar, pelo contrário, o contágio entre eles. A obra perlongheriana, na verdade, capta o ponto nevrálgico das interpretações militaristas sobre os problemas do país. Não à toa, no poema “El cadáver de la nación”, apresenta-se a obsessão pela higienização e conservação do corpo de Eva, enquanto os militares tentavam, a todo custo, criar uma ideia de nação como corpo doente que precisava passar por um processo de tratamento e limpeza: “*no era para abrirla y que penetren las toses de los pobres en la artificialidad de los estanques sino que quiero que me dejen a solas con su muerte y en el laboratorio sustituir su sangre cancerosa por horchata de orquídeas amazónicas*” (PERLONGHER, op. cit., p. 205).

Mesmo estando desde 1981 exilado em São Paulo, Perlongher utiliza a publicação de seus ensaios, contos e poemas como forma de trazer para os cenários culturais brasileiro e argentino questões urgentes do debate biopolítico, que começava a se desenvolver na época. É paradigmático, assim, o fato de “Evita vive” ter sido escrito em 1975, ainda um ano antes do início do último governo militar, embora o escritor só o tenha conseguido publicar em um periódico de grande circulação na Argentina (*El Porteño*) apenas catorze anos depois, quando trouxe à baila outra vez uma série de polêmicas e tensões um tanto quanto silenciadas pela harmoniosa amnésia do período pós-ditadura (cf. BOLLIG, op. cit., p. 39). Decerto, a leitura do conto em 1989 gerou no público argentino o impacto violento da rememoração (cf. ARFUCH, 2010, p. 20), como se o devir traumático da memória não obedecesse à sequencialidade histórica, regressando abruptamente e lançando, como diz Sarlo, a literatura contra “*los perros del olvido*”. No entanto, acredito que a data de escritura do texto e as três publicações anteriores dele demonstram a vontade de Perlongher de escrever concomitantemente aos acontecimentos.

Se as escolhas dos locais e momentos de publicação constituem importantes indicadores políticos da atividade literária, mesmo que a inserção da literatura no espaço público de discussão de ideias se encontre em processo de retração há pelo menos quarenta anos – desde a expansão dos meios visuais de comunicação massiva –, é interessante cruzá-las com as atitudes biográficas dos atores intelectuais em face dos movimentos coletivos que se formam em seus contextos de atuação. Por isso, chamo a atenção para a importância dada por Perlongher à violência contra os homossexuais em Cuba, denunciada por alguns artistas exilados da ilha, sobretudo a partir dos anos 1970, tema que ficou durante anos silenciado e esquecido pela esquerda ocidental. Note-se que, no Brasil, o escritor participou de piquetes no consulado cubano em São Paulo em protesto contra o tratamento dado pelo regime socialista aos gays e às pessoas contaminadas pelo HIV. Através disso, contudo, é possível perceber um impasse da reflexão ensaística perlongheriana, qual seja, o contraste entre sua recusa das políticas de “endireitamento” da homossexualidade latina – que conduziram, ao que tudo indica, a um eficiente processo de redução das ações punitivas do Estado contra a comunidade gay – e sua indignação ante a questão de Cuba, onde a homossexualidade marginal e transgressiva continuava, no início dos anos 1990, sendo reprimida violentamente pelo governo: “*La homosexualidad se vacía de adentro hacia afuera, como un forro. (...) en el caso de Cuba, todavía ahora se la persigue: una forma torturante de que conserve actualidad y alguna frescura*” (PERLONGHER, op. cit., p. 89 – grifo meu). Ou seja, embora acreditasse que a aproximação entre as expressões homossexuais tradicionais e o machismo (relação bicha/bofe) é a que talvez produza mais “pontos de fuga” em relação à ordem da sexualidade familiar, Perlongher nunca deixou de participar de atos políticos pró-liberdades cotidianas, sobretudo em defesa dos gays e usuários de droga. O que seus textos indicam, na verdade, é que a inevitabilidade da atuação crítica não deve resvalar rumo à hiperpolitização da esfera comunitária, o que resulta no desvanecimento do potencial erótico da experiência. Por isso, numa carta a Osvaldo Baigorria, o escritor chega a descrever sua participação em passeatas e protestos na capital portenha, por

exemplo, como um carnaval, onde a fidelidade a qualquer um dos blocos é o que menos importa:

*(...) el 8/12 me quedé afónico gritando en una estirada marcha de Madres de Plaza de Mayo, rumbeé primero tras temblequeantes feministas y luego copóme (no cogióme) el ondular, el tremoleo de las enseñas anarquistas como en Odessa, en 1919 (...). El 10/12 me plegué al alfonsismo con el disimulo de una columna gay, cuyo celoso recato rompí zarabandeándome a la brasilera entre los tamboriles de los muchachos radicales, donde el recién electo dijo desde el cabildo una pavada escolar. Es como una directora de colegio técnico. (PERLONGHER, 2006, p. 59)*

## 2. A revolução cubana e os pájaros neobarrocos de Severo Sarduy

Tabaco e açúcar sempre foram os sustentáculos da economia de Cuba. Os contrastes entre produção artesanal e agricultura em grande escala para exportação, entre trabalho livre e escravo, representados respectivamente por cada um desses produtos, influenciaram decisivamente no adiamento da emancipação do país caribenho. Estou recuperando estes pontos do período colonial cubano não por uma simples vocação historicista, mas para indicar campos de força de permanecem em tensão no discurso sobre a Revolução Cubana.

A riqueza açucareira é a responsável pelo enfraquecimento do domínio da Espanha sobre as elites *criollas* e pela conseqüente aproximação dos Estados Unidos em relação à América Central. Conforme afirma Florestan Fernandes, em *Da guerrilha ao socialismo*, “O açúcar (...) altera o significado de Cuba no mercado mundial e a sua importância para os grandes centros financeiros. Já no início dessa evolução a Espanha viu-se forçada a abrir uma brecha no pacto colonial exclusivo, permitindo a Cuba em 1818, vender seu açúcar nos Estados Unidos” (FERNANDES, 1979, p. 30). Com isso, o sociólogo aponta a junção das oligarquias cubanas aos interesses norte-americanos no sentido de impedir o processo de descolonização da ilha, mesmo após a Guerra da Independência, que dura de 1895 a 1898. As previsões de José Martí, portanto, acabam se confirmando com a entrada do século XX, visto que o domínio espanhol passa então a ser substituído pelo

controle econômico do gigante capitalista do norte, projetado frequentemente como um inimigo voraz dentro do imaginário cubano.

Em oposição a este movimento de demonização dos EUA, os tabaqueiros, mitificados pelo discurso sociológico, são considerados pioneiros da suposta “inclinação intelectual” de parte da população cubana ao pensamento marxista: “A prática da leitura durante o trabalho desenvolvera neste setor maior *instrução*, maior *sensibilidade* política e maior interesse pelos meios próprios de comunicação, solidariedade e propaganda, com fortes impulsões socialistas” (Idem, p. 33 – grifos meus). Não à toa, a imagem do charuto aparece associada à masculinidade guerrilheira nas fotografias dos líderes do movimento de Sierra Maestra, que povoaram de fetiche revolucionário as mentes dos militantes de esquerda em diversas partes do mundo.

À medida que a intervenção norte-americana na América Latina ganha visibilidade em eventos como o golpe que destituiu o governo socialista de Jacobo Arbenz na Guatemala em 1954 devido a sua tentativa de iniciar o processo de reforma agrária no país, o que afetaria frontalmente os interesses da empresa United Fruit, cresce a ideologia anti-americanista de antigas raízes na região. Isso promove também a união dos intelectuais e da juventude universitária com a esquerda católica, grupos que paulatinamente começam a desacreditar a “via democrática” de luta em favor da utopia nacionalista. Desse modo, o modelo soviético, que almagamava a virilidade militarista e a ética de enfrentamento do capitalismo de mercado, foi sendo pouco a pouco entronizado como a saída mais viável para a libertação de Cuba, ainda subjugada a uma realidade neocolonial nas décadas de 1940 e 1950. A ascensão do governo populista de Perón terá também influência decisiva sobre Fidel Castro e os demais articuladores da revolução. No entanto, o nível de desenvolvimento urbano da Argentina, responsável pela pressão dos grupos médios e das massas operárias que caracteriza o peronismo, não possui então nenhum similar em Cuba, onde a organização sindical é ainda absolutamente efêmera (cf. CARDOSO, 1970, p. 88). Tais fatores, aliados aos escândalos de corrupção do período republicano e da ditadura de Fulgencio Batista, fazem com que a pequena classe média cubana aposte na guerrilha como forma de

reunir o apoio popular (dos *guajiros*) e assim surpreender o “determinismo sociológico”, explodindo a ordem constituída pelas hierarquias em uma sociedade ainda “imatura” para a revolução social (cf. FERNANDES, op. cit., p. 75).

Não obstante, é curioso notar que o mesmo discurso que valoriza a ruptura com o determinismo das estruturas sociais impostas pelas elites oligárquicas incorpora o argumento teleológico com o qual Fidel defende a implantação da luta armada, segundo ele “única solução possível” para o povo cubano. Florestan faz a seguinte colocação a esse respeito: “Observa-se um encadeamento multidirecional, recíproco e dialético entre crises econômicas, anomia social e violência política (a correlação entre causa e efeitos, em cadeia, agravava ainda mais a situação, tornando-a insustentável, como descreve Fidel Castro em *A história me absolverá*)” (Idem, p. 50). Nos dois anos de ação da guerrilha antes da vitória em 1959, a Revolução Cubana consegue forjar uma imagem padronizada que identifica perfeitamente, no imaginário popular, os componentes deste grupo de opositores. Sua performance de masculinidade, instaurada coletivamente, manifesta-se por meio de uma identidade visual: homens vestidos com uniformes militares, barbudos, fumando charuto. O poder deste clichê consiste na forma como ele combate, simbolicamente, a dispersão dos diferentes núcleos de oposição ao ‘batistado’, no período anterior à revolução; oposição esta que não chegava a formar mais do que uma massa informe, ou uma *congrégie*, de acordo com Florestan. Tal uniformização visual corresponde, logicamente, às tendências à centralização castrista e à univocidade de pensamento, que acabam convertendo importantes líderes guerrilheiros como Eloy Gutiérrez Menoyo e Huber Matos em inimigos da revolução algum tempo após o golpe. Por isso, não espanta o fato de que a promessa de realizar pleitos para todos os cargos do governo ao final de um ano, assinada por Fidel e outros líderes da guerrilha no *Manifiesto de la Sierra Maestra*, não tenha sido cumprida, de modo que as eleições só voltam a acontecer em Cuba em 1974, embora o cargo de presidente não seja eleito pelo voto direto popular, e sim através do parlamento constituído pelo partido único.

Não se podem negar o êxito da estratégia da guerrilha cubana e a capacidade pedagógica do discurso de Fidel (estrategista de signos), capacidade esta que remete curiosamente à retórica do barroco católico ibérico, conforme identifica Severo Sarduy em entrevista a Jorge Schwartz (In: SARDUY, 1999, p. 1829). Mas o fato de a guerrilha ter sido capaz de surpreender a hegemonia oligárquica, desabilitando todas as vias de negociação e operando como uma revolução “dentro do dentro da ordem” (FERNANDES, op. cit., p. 69), torna o poder revolucionário obcecado com a possibilidade de um contragolpe. Com isso, inicia-se em Cuba, já nos primeiros anos do novo governo, uma violenta repressão aos atos contra-revolucionários. Os chamados *juicios revolucionarios*, que integravam as atividades da *Comisión Depuradora*, por exemplo, condenam à morte ou à detenção um grande número de pessoas associadas ao regime de Batista. Os fuzilamentos eram liderados por Ernesto Guevara na qualidade de chefe da fortaleza de La Cabaña. Aproximadamente 550 pessoas são fuziladas entre 1959 e 1960, em julgamentos sumários sem possibilidade de defesa. Em 11 de dezembro de 1964, Guevara apresenta publicamente sua opinião sobre os fuzilamentos de Cuba na sede da ONU: “*fusilamos y seguiremos fusilando mientras sea necesario. Nuestra lucha es una lucha a muerte*”. Ao que parece, dentro de um contexto de Guerra Fria, quando a polarização entre os defensores do capitalismo e do comunismo chegava a seu auge, as declarações de Che não provocam reações críticas de grande força entre os intelectuais de esquerda. Jorge Castañeda, um dos mais importantes biógrafos de Che Guevara, indicia o modo empedernido como o discurso guevarista difunde ao longo dos anos 1960 argumentos que servem de álibi histórico para ações clandestinas da esquerda em vários países, ofuscando, de certo modo, os limites da ação política, cuja crueldade em relação ao outro se vê atenuada pelos ideais de transformação social (cf. ARFUCH, op. cit., p. 18). Leia-se, a título de exemplo, o seguinte parágrafo de *Che Guevara: a vida em vermelho*:

Também é certo, contudo, que o Che não tinha maiores dúvidas existenciais sobre o recurso à pena de morte, ou a julgamentos sumários e coletivos. Estava disposto a dar a vida por seus ideais, e julgava que os demais deviam fazer o mesmo. Se a única maneira de proteger a Revolução era

fuzilando delatores, inimigos e conspiradores, nenhum argumento humanitário ou político poderia dissuadi-lo. Desprezou as críticas – indubitavelmente hipócritas – vindas de Nova York e Washington, alegando o imperativo superior da defesa da Revolução. Nunca permitiu nem o vislumbre de uma reserva sobre o vínculo entre meios e fins, precedentes e ação futura, antecedentes históricos e consequências nefastas. (CASTAÑEDA, 1997, p. 173)

Como se sabe, o modelo cubano de guerrilha agrária é transplantado para outros países subdesenvolvidos da América Latina, Ásia e África. A articulação entre a CIA e o exército boliviano acaba rendendo Guevara, em 1967, em La Higuera, Bolívia. O impacto da foto do cadáver do mítico guerrilheiro em Vallegrande, de alguma maneira, funciona como um instrumento de absolvição para os atos violentos praticados por Che, Raúl e Fidel em Cuba. Além disso, torna-se fundamental a dimensão que o mito de Che assume entre a juventude de classe média nos Estados Unidos e na Europa ocidental: à medida que a forte industrialização de tais países impossibilita qualquer transformação radical da ordem sociopolítica vigente, mais numerosa era a reprodução da clássica imagem do comandante Guevara com a América Latina ao fundo (feita por Alexander Korda) em passeatas e manifestações organizadas pelos jovens em nações capitalistas de Primeiro Mundo. Ou seja, os antípodas das classes dominantes desses países, como a Revolução Cubana, a Frente de Liberação Nacional argelina, o Vietnã etc., passam a ser encampados como forma de transgressão ideológica (cf. CASTAÑEDA, op. cit., p. 455).

É importante notar que o potencial progressista atribuído pela esquerda democrática dos países avançados aos ícones da Revolução Cubana, e de outros movimentos populares, resulta num discurso intelectual que, por quase trinta anos, prefere silenciar as atitudes retrógradas de violência inerentes aos processos políticos vividos pelas nações periféricas rebeldes. Apenas nas últimas décadas, vêm surgindo interpretações marxistas que se dedicam a assinalar a barbárie que se reapresenta, ao longo do século XX, como uma das manifestações possíveis não só da civilização industrial capitalista mas

também do socialismo burocrático. Em *Marxismo, modernidade e utopia*, Michael Löwy e Daniel Bensaïd, por exemplo, após criticarem o emprego da tortura tanto no modelo fascista quanto no stalinista, adotados pelas ditaduras latino-americanas, vão afirmar o seguinte:

Os métodos são diferentes – a eletricidade substitui o fogo e os torniquetes – mas a tortura de prisioneiros políticos tornou-se, no curso do século XX, uma prática rotineira – mesmo se não-oficial – de regimes totalitários, ditatoriais, e mesmo, em certos casos (as guerras coloniais), “democráticos”. Nesse caso, o termo “regressão” é pertinente, na medida em que a tortura era praticada em inúmeras sociedades pré-modernas, e também na Europa, da Idade Média até o século XVIII. Um uso bárbaro que o processo civilizador parecia ter suprimido no curso do século XIX voltou no século XX, sob uma forma mais “moderna” – do ponto de vista das técnicas – mas não menos desumana. (LÖWY/BENSAÏD, 2000, p. 55-56).

Seguindo a esteira desta colocação, é possível refletir que a tensão contínua entre civilização e barbárie desabona as utopias políticas e científicas que pregavam a crença no progresso linear das nações. Desse modo, começa a haver um claro descentramento do idealismo utópico no discurso político contemporâneo em favor da ascensão da ideia de direitos humanos. Neste contexto, especialmente dos anos 1980, surgem as falas mais críticas em relação à crueldade em vigor nos presídios cubanos, vindas, sobretudo, do exílio anticastrista nos EUA. Os indícios da perseguição aos gays em Cuba e a performatividade do testemunho dos exilados do socialismo, então, passam a ter maior impacto sobre as esquerdas europeia e norte-americana, formadas também sobre as bases dos movimentos de liberação sexual, do feminismo e do *coming out*. Sendo assim, dentro de um cenário social em que a mobilização comunitária parece só se concretizar por meio do debate sobre os direitos humanos, o caso de Cuba converte-se num problema para o *mainstream* intelectual. Isso porque, conforme indicou Antonio Candido (1995, p. 152), pensar nos direitos humanos implica um pressuposto: o de

reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós também é indispensável para o próximo.

O que quero apontar, com isso, é a condição de atraso do pensamento de esquerda atrelado às denúncias tardias da repressão aos gays e aos presos políticos em Cuba. Por isso, os testemunhos dos refugiados do país caribenho – divulgados pelos documentários dirigidos pelo consagrado diretor de fotografia espanhol Néstor Almendros, que descrevem um governo socialista machista, beligerante e hipócrita – surgem como um anacronismo. Ao que tudo indica, os filmes chegam, nos anos 1980, como o reconhecimento da falta de escuta dessas vozes nas décadas anteriores. Não à toa, o longa-metragem dedicado à questão dos presos políticos da ilha intitula-se *Nadie escuchaba* (Almendros e Jorge Ulla, 1987). É curioso notar que este vem a reboque de *Conducta impropia* (Almendros e Orlando Jiménez Leal, 1984), documentário que mostra o exílio dos gays cubanos. Digo “a reboque” porque acredito, com Susan Sontag, que a questão gay aí sirva como um *leitmotiv* para a reflexão política. Em entrevista para o filme de 1984, a ensaísta norte-americana afirma que a aparição de testemunhos sobre a perseguição aos homossexuais de Cuba, nos anos 1970 e 1980, compele todas as pessoas a prestarem atenção aos lapsos de atitude da esquerda, tornando assim mais evidentes os danos produzidos pela forte associação – consentida por intelectuais do mundo todo, durante muitos anos – entre militarização e virilidade na maioria dos países comunistas.

*Conducta impropia* apresenta alguns dados contundentes. Em 1971, ocorre o Congreso Nacional de Educación y Cultura em Havana, onde se propõem medidas reeducativas para os que apresentam “*síntomas aparentes*” de desvio moral e contra-revolucionário. Sendo assim, o trabalho nas UMAP (Unidades Militares de Ayuda a la Producción) serviria como método terapêutico. A partir deste evento, toda a população é conclamada a se converter em vigilante da revolução. Havia três classificações para os subversivos: hippies, homossexuais e “*conducta impropia*” (classificação indefinida onde tudo cabia). Em 1980, ocorre o êxodo massivo de 125.000 “*indeseables*” do porto de Mariel (Cuba) rumo aos EUA; segundo Perlongher

(1997, p. 123), mais ou menos quinze por cento destas pessoas eram gays. Evidentemente, há antes disso uma grande campanha de desmoralização desses indivíduos por parte do Estado, para quem os que desejam fugir da revolução são os que “gostam” de ser drogados, prostitutas, pederastas, vagabundos etc. A população que apoia o governo vai às ruas gritando “*Que se vayan*”. Homens de cabelo comprido, nessa época em Cuba, são considerados americanistas. Mesmo os jovens nascidos com a revolução e criados estritamente dentro das regras educativas do regime são acusados de delinquentes contra-revolucionários. A agência turística estatal, Cuba-Tours, encarga-se de criar uma falsa imagem do país para os estrangeiros que visitam Cuba. Segundo relato de um ex-funcionário da agência, os turistas que vão à praia de Jibacoa, por exemplo, são levados pelos guias a visitar a comunidade agrícola local a fim de que conheçam o modo de vida dos camponeses cubanos. Oferece-se aos turistas a oportunidade de entrar no apartamento de “*cualquier campesino*”, no entanto sempre as mesmas mulheres abrem suas casas para tais visitas. Elas têm, evidentemente, um apartamento todo montado. E chegam a oferecer café e frutas aos estrangeiros, embora as frutas fossem racionadas em Cuba nesse período. Um outro ex-funcionário do governo cubano fala sobre as chamadas “*depuraciones morales*” ocorridas em assembleias públicas nas universidades. Perlongher também comenta esse caso, no artigo “Cuba, el sexo y el puente de plata”: “*En la disputa por puestos universitarios, la acusación de homosexualismo comienza a ser esgrimida como manera de descalificar rivales. Llegan incluso a celebrarse grotescos tribunales populares donde hasta miradas sospechosas eran sopesadas*” (Idem, p. 121). Muitas pessoas se suicidavam, de acordo com César Bermúdez, porque eram expulsas da universidade, acusadas de serem homossexuais. Relata-se ainda, no filme, a existência de prostituição “oficial” na ilha, em favor do corpo diplomático, convidados VIP, técnicos estrangeiros e turistas. O Estado age, desse modo, como proxeneta, apesar de reprimir duramente a prostituição independente. É curiosa também a cena que mostra, numa reunião do partido comunista, todos os secretários das comissões de trabalho, sem exceção, votando a favor das ordens de Fidel, dentro de um regime supostamente coletivo de decisões.

Gostaria de destacar, de maneira enumerativa e elíptica, alguns depoimentos de exilados cubanos, conhecidos ou desconhecidos, presentes em *Conducta impropia*, a respeito da repressão à homossexualidade por parte do regime revolucionário. Lorenzo Monreal: “*El arte en Cuba está un poco comprometido. Uno no puede pensar lo que quiere sino lo que debe*”. José Mario: “*me querían enseñar a andar como un hombre, parece que había algo de peligroso en mi manera de caminar*”. Jorge Ronet, falando sobre uma das visitas de Fidel ao campo de trabalho onde ele estava detido: “*Y como siempre, nunca se acerca a la gente él. Pasó en su jeep así como la gran marquesa, mirando ‘así’ a los esclavos*”. José Mario afirma que na UMAP 2269 havia uma grande placa com a seguinte frase: “*El trabajo os hará hombres*” (frase de Lenin), o que recordava a frase que havia na entrada de Auschwitz (*Arbeit macht frei* – “*El trabajo os hará libres*”). Jorge Ronet: “*Yo no creo que haya mejorado nada ahí. Ahí lo que hay es... variaciones sobre un mismo tema*”. José Mario: “*hasta la alfabetización, en Cuba, era una forma de catecismo – M de Marxismo, R de Raúl, C de Castro*”. Reinaldo Arenas denuncia que, em La Cabaña, continua havendo, em 1984, muitos fuzilamentos e assinala também o mecanismo de coerção que obriga todo o povo a ir “*a la Plaza de la Revolución a aplaudir aquellas leyes abusivas*”, porque a vida das pessoas estava totalmente nas mãos do Estado, patrão de todos. O travesti Caracol, entrevistado no cabaré La Escuelita em Nova York, conta que foi preso em Cuba 17 vezes. Heberto Padilla fala sobre a viagem à Bulgária de Raúl Castro, um dos que mais se incomodavam com a questão dos gays na ilha. Segundo ele, o irmão de Fidel retorna ao país com a ideia de criar campos de concentração para varrer os homossexuais das ruas. Além disso, um cientista tcheco trouxe para Cuba técnicas pavlovianas de “*educación erótica*” dos gays e lésbicas, entretanto o que acontecia era que “*los pájaros*” dissimulavam com facilidade o abandono do desejo homossexual e continuavam suas aventuras eróticas com os guardas. Padilla destaca, com isso, a capacidade dos homossexuais cubanos de “*salir del dolor*”. Guillermo Cabrera Infante diz ter se revoltado com a prisão de Virgilio Piñera na praia de Guanabo, pois “*se lo detuvo simplemente por la manera como se manifestaba públicamente, es decir, por lucir o aparecer afeminado*”. Piñera havia sido denunciado pelo chefe

do *comité de defensa* do seu bairro, pois este homem queria ficar com sua casa. Liberado no dia seguinte, o escritor – rival irônico de Lezama Lima – foi para o apartamento de Cabrera Infante em busca de proteção, visto que na época o autor de *Tres tristes tigres* era um dos chefes do jornal *Revolución*, junto com Carlos Franqui. Diversos amigos homossexuais de Piñera também se refugiaram no local, que se converteu em um asilo político momentâneo. Cabrera Infante enfatiza o machismo espanhol arraigado em Fidel: “*Fidel Castro no hace nada que no sea para mostrar cuán macho, cuán superhombre, supermacho es él*”. Armando Valladares conta a história de Robertico, um menino de apenas 12 anos que foi preso pelo governo. Depois de ser estuprado na cadeia, Robertico começa a ser barbaramente agredido por chorar e chamar constantemente por sua mãe. Para Cabrera Infante, os homossexuais cubanos eram dissidentes em relação à norma burguesa de vida em casal, dentro de um matrimônio heterossexual, adotada sem qualquer tipo de questionamento pelos líderes da Revolução Cubana. Fidel diz que chegou a ter mais de 15.000 presos “*contrarrevolucionarios*”, que para ele eram julgados “*dignamente*”. Ana María Simo diz que, mesmo presa, seguia sendo revolucionária, porque pensava que ela sim lutava, de fato, por uma revolução radical, ao contrário “*de los ignorantes pequeños burgueses como Castro*”. Simo, que chegou a ser internada em um hospital psiquiátrico por desvio moral, denuncia o modo como as mulheres eram tratadas na prisão: em uma cela estreita, sem vaso sanitário, eram colocadas 40 detentas. Ela conta ainda que ficou assustada ao perceber que um poeta do porte de Nicolás Guillén era considerado como “*un delincuente cualquiera por los jefes de la cárcel*”. René Ariza – um artista de rua exilado nos EUA – diz que ser “*estranho*” é motivo para ser cruelmente reprimido em Cuba: “*no es una actitud sólo de Castro. Hay muchos Castros. Y hay que vigilar el Castro que tenemos adentro*”.

*Nadie escuchaba* também possui alguns relatos de caráter corrosivo. Conta-se aí que, em 1967, se fez chegar até o exílio em Miami um telegrama relatando os horrores das prisões cubanas. Porém, mesmo o exílio, naquela época, era insensível em relação ao desrespeito aos direitos humanos em Cuba. Nos depoimentos, narram-se assassinatos brutais ocorridos nos campos

de trabalho forçado. Descreve-se a crueldade em relação aos presos “*plantados*” – designação dada aos detentos que não aceitavam os métodos revolucionários de reeducação. Mostra-se que, nos anos 1960, muitos intelectuais lançaram livros em favor da revolução.<sup>5</sup> No entanto, a partir de meados da década de 1970, tal proporção se inverte e começam a surgir muito mais publicações de refugiados que dão seu testemunho sobre a violência da repressão na ilha. Fala-se ainda da proibição de livros em Cuba. Um exemplo disso é o fato de a diretora da biblioteca da Escola de Letras ter sido presa por emprestar *O mestre e Margarita*, de Mikhail Bulgakov, escritor que foi censurado por Stalin. De 1986 a 1987, passa de 92 para 125 o número de presídios em Cuba. Dentre os depoimentos mais contundentes, destaco os que virão a seguir. Huber Matos, um dos guerrilheiros de Sierra Maestra, decide abandonar a revolução porque percebe que não se tratava de um regime democrático, e sim de um regime de força. Ele afirma que Camilo Cienfuegos, cuja morte foi transformada em um ícone do orgulho revolucionário, na verdade, teria sido assassinado por ordens de Fidel. Um afro cubano refugiado diz que, em Cuba, os negros são vítimas de preconceito: a elite branca é que domina. Um campesino cubano: “*yo cantaba décimas en la prisión para mi guajirita*”. Fidel afirma, em entrevista, que o conceito burguês de liberdade não vale para um país socialista latino-americano como Cuba. Roberto Simeon reivindicou que o sindicato petroleiro compartilhasse a direção do Instituto Cubano del Petróleo, e por isso começou a ser perseguido. Eloy Gutiérrez Menoyo, que comandou um dos grupos vitoriosos na invasão de 1959, também rompeu com Fidel e tornou-se um símbolo do anticastrismo por não ter aceitado o regime de trabalho forçado na prisão em Cuba. Ele conta ter sido duramente torturado, além de ficar “*incomunicado*” na cadeia. Muitos presos, como ele, faziam greve de fome: “*El plan del gobierno es destruirte física y moralmente*”. Jorge Ulla lhe pergunta: “*¿Por qué olvidar?*”. Menoyo responde: “*Oye, Jorge, olvidar porque el presidio en Cuba ha sido tan brutal, ha sido tan violento que me hace daño pensar en él*”.

---

<sup>5</sup> Recorde-se ainda o fato de que, na primeira década da revolução, as premiações de *Casa de las Américas* funcionaram como grandes fóruns internacionais de artistas e intelectuais de esquerda.

Uma das características interessantes dos discursos dos exilados é o fato de eles descartarem, direta ou indiretamente, a possibilidade de estar havendo, naquela época, mudanças significativas, ou abrandamento da violência contra os inimigos do Estado, em Cuba. É visível também, na estruturação dos documentários, a não centralidade da argumentação intelectual, tanto que as falas dos escritores cubanos presentes aí se reduzem quase sempre ao relato de experiências vividas. Sendo assim, a retórica que atravessa as vozes dos entrevistados não solicita mais a construção de alternativas políticas, com vistas a transformar, utopicamente, a ordem instaurada. O papel do *public intellectual*, como Sontag, será assim o de verificar “lapsos” subsumidos na discursividade partidária. Reconhecendo a “denúncia fora de hora” como uma das poucas possibilidades de protagonismo da esquerda na década de 1980, sua crítica passa a se dirigir à tradição dicotômica imperante no debate político até então, fruto de uma visão simplista de mundo. No entanto, a valorização exclusiva da ação acusadora – que eu tentei intencionalmente mimetizar acima ao enumerar anotações de passagens “impactantes” dos documentários de Almendros (et al.) – torna-se paralisante, a meu ver, a partir do momento em que obriga a produção artística a uma constante aproximação à estética do testemunho, resultando numa desmetaforização da literatura<sup>6</sup>, convertida em palanque para que o ativista enuncie “o novo discurso político libertário e radical”, conforme assinala Silvano Santiago (2004, p. 89-90) a partir da análise dos textos de Sontag. Talvez, portanto, a expressão literária neobarroca<sup>7</sup>, cujo estilo é ao mesmo tempo vulgar e anti-realista, imersão dos resíduos da retórica popular no

---

<sup>6</sup> A filiação da chamada literatura de testemunho ao pensamento de Susan Sontag, em *A doença como metáfora e AIDS e suas metáforas* – textos originalmente publicados em 1977 e 1988 respectivamente –, pode ser justificada, entre outras coisas, por posicionamentos teóricos como o que se desenvolve com clareza na seguinte citação: “Quero analisar não como é de fato emigrar para o reino dos doentes e lá viver, mas as fantasias sentimentais ou punitivas engendradas em torno dessa situação: não se trata da geografia real, mas dos estereótipos do caráter nacional. Meu tema não é a doença física em si, mas os usos da doença como figura ou metáfora. Minha tese é que a doença *não* é uma metáfora e que a maneira mais fidedigna de encarar a doença – e a maneira mais saudável de estar doente – é aquela mais expurgada do pensamento metafórico e mais resistente a ele. Porém é quase impossível fixar residência no reino dos doentes sem ter sido previamente influenciado pelas metáforas lúgubres com que esse reino foi pintado. Dedico esta investigação a uma elucidação de tais metáforas e à libertação do seu jugo” (SONTAG, 2007, p. 11).

<sup>7</sup> O termo “neobarroco” começa a circular nos cenários artísticos latino-americano e europeu a partir da publicação do ensaio “El barroco y el neobarroco”, de Severo Sarduy, em 1972.

virtuosismo da metáfora gongorina, funcione como uma espécie de antiprotagonismo, por ser contrária àquele outro tipo de ação que insiste em recodificar a experiência passada, encontrando nela suas novas vítimas e agressores. Nesse sentido, entronizo, nesta leitura, os atos de deserção e silenciamento em Sarduy, assim como a atitude aparentemente oposta de antecipação ativista em Perlongher, por representarem a recusa insistente do discurso de vitimização homossexual e de modelização das identidades sexuais.

Além disso, acredito que o pensamento que se articula sob a retórica da denúncia, como nos filmes supracitados, não é o que verdadeiramente se produz na “condição de sobrevivente”, no sentido que Giorgio Agamben lhe dá a esta postulação. O sobrevivente, para Agamben, não é aquele que crê na possibilidade de sacudir a existência histórica de um povo. Na verdade, o sobrevivente é como um “escrivão sem destinatário”, o que, mesmo sem ter passado pelas experiências de terror catalogadas pelo discurso historiográfico, conduz a linguagem ao estado do informe, desabilitando os estereótipos de sujeito e de comunidade (cf. AGAMBEN, 2006, p. 94). Por isso mesmo, os dizeres anamorfóticos e sem destinatário representam uma espécie de atraso para a lógica do aparente protagonismo militante, que, no entanto, por garantia de segurança também atrasa (in)conscientemente seu testemunho, aguardando que se corporifiquem formações discursivas palpáveis de onde a enunciação das denúncias possa extrair interlocutores claramente definidos, dentro de uma margem de cálculo dos efeitos de sentido a serem criados a partir de sua fala. Ao contrário disso, parece-me que as opções poéticas e narrativas feitas por Perlongher e Sarduy encarnam uma forma de “sim” nietzscheano ao mundo, que lhes faz abandonar modelos de individualidade que edificam a comunidade como algo perfeitamente representável. Não por acaso, as consequências mais imediatas da escuta dos testemunhos cubanos foram a legitimação em nível mundial da oposição ao castrismo e o novo fôlego emprestado aos movimentos de afirmação das identidades homossexuais na América Latina. Logicamente, a comunicabilidade pretendida por tais bandeiras não se coaduna ao “ser-na-linguagem-do-não-linguístico” (Idem, p. 89) que a

constante imbricação entre palavra e experiência, na produção neobarroca, parece configurar. O gesto desta literatura que se produz no limiar entre forma e informe está sempre submetido ao risco da inatualidade, na medida em que essa voz, apesar de ter lugar na linguagem, não se conecta aos códigos definidos pelo seu tempo. Assim, ao invés do sentido de “estar à frente”, ela coloca em questão as referências que compõem a noção de cronologia dentro do contexto sociopragmático das correntes políticas e artísticas. É interessante verificar que, para Agamben, o “ter lugar” dessa escrita modifica a questão ética ocidental por desativar a funcionalidade da ideia de arrependimento:

*Por ello no hay lugar en la ética para el arrepentimiento; por eso la única experiencia ética (que como tal no puede ser tarea ni decisión subjetiva) es ser la (propia) potencia, existir la (propia) posibilidad; exponer en toda forma su propio ser amorfo y en todo acto la propia inactualidad. (Idem, p. 42 – grifo meu)*

A questão do arrependimento, inclusive, suscita a lembrança do “caso Padilla” – um dos eventos que melhor explicita o começo do conflito da intelectualidade com a Revolução Cubana. O poeta cubano Heberto Padilla (uma das testemunhas mais cáusticas do filme *Conducta impropia*) começa a ser considerado contra-revolucionário a partir de 1968, ano em que ganha o prêmio Julián del Casal com o livro *Fuera del juego*, interpretado pelo alto escalão do governo como veículo de propaganda anti-soviética, confissão “individualista” de desacordo quanto aos propósitos “coletivos” e “populares” do regime. Vigiado constantemente em Cuba desde essa época, Padilla é preso em março de 1971, fato que provoca muitas críticas dos intelectuais estrangeiros: Sartre, Simone de Beauvoir, Mario Vargas Llosa, Octavio Paz, Susan Sontag e diversos outros pensadores assinam um manifesto contra a atitude do governo Castro. Ao ser libertado pouco tempo depois, Padilla, provavelmente temendo a concretização de ameaças sofridas durante a prisão, participa de uma cerimônia, na sede da União dos Escritores e Artistas de Cuba (UNEA), na qual faz uma autocrítica pública por sua indisciplina e ingratidão com a revolução ao escrever *Fuera del juego*, além de ser coagido a

delatar outros escritores cubanos (entre eles Lezama e Piñera) cujas atitudes revelavam dissenso em relação ao poder. Apesar deste nítido ato de humilhação e autocondenação a que foi submetido Padilla, a maioria dos intelectuais cubanos, e muitos estrangeiros como García Márquez e Eduardo Galeano, mantiveram seu apoio à revolução (cf. MARQUES, 2008, p. 116-117). Sobretudo entre os intelectuais de Cuba, a raiva provocada pela delação e o paradigma guevarista da resistência *a muerte* parecem prevalecer, e Padilla passa a ser hostilizado pelos próprios pares. Na verdade, a pressão externa a respeito do caso Padilla só cresce na virada de 1979 para 1980, quando finalmente o escritor consegue se exilar nos EUA, após batalha judicial em que se envolveram Sontag e Vargas Llosa. Embora a polêmica em torno de *Fuera del juego* tenha representado uma nítida cisão dos intelectuais no que tange à questão da censura dentro do socialismo, parece que o arquétipo do ‘herói’, desrespeitado pelo recuo de Padilla diante da UNEA, permanecia, para a maioria, inalterado na entrada dos anos oitenta.

Pelo visto, o arrependimento de Padilla segue as regras do jogo do stalinismo à cubana, por um lado, mas rompe as regras do jogo intelectual, por outro. Oposta à postura de Menoyo, que apanha até se transformar num moribundo “*sin doblegarse*”, a aparente falta de coragem do poeta volta a sinalizar a valorização da firmeza e da *hombría* como clássicos valores masculinos relacionados à resistência política. Tais valores, inclusive, atravessavam até o discurso das mulheres que participaram de outros movimentos guerrilheiros na América Latina. Isso se percebe bem, por exemplo, no seguinte depoimento de uma das militantes dos Montoneros na Argentina:

*Esto de que además de militantes y proletarizadas éramos mujeres, es una cosa que yo descubrí recién ahora, (...) las mujeres no lo cuestionábamos, porque la cosa era (...) te lo voy a resumir: “seremos como el Che” (...) ¿me explico? Y las mujeres también queríamos ser eso, nuestro modelo era ése.* (GARRIDO/SCHWARTZ, 2008, p. 116)

Seria interessante poder afirmar que a evocação de tais sentimentos “nobres”, naquela época, de fato transcendiam o binarismo de gênero, que só é neuroticamente trazido à baila hoje porque o debate público foi definitivamente

invadido pelo discurso feminista. No entanto, apesar da visibilidade de figuras como Celia Sánchez e Haydée Santamaría, não se podem desprezar o secundarismo das mulheres na revolução e o pensamento homofóbico que nela se hegemonizou. Aliás, o “humilde” reconhecimento dessas “falhas” faz parte também da retórica revolucionária. Fidel, em diversos momentos, confessou arrependimento por erros cometidos ao longo do processo, tal como fez (só agora em 2010) ao assumir a culpa pela perseguição aos gays, lésbicas e transexuais em Cuba: arrependimento que, provavelmente, vai lhe trazer consequências menores do que as encaradas por Padilla. O problema é que tanto arrepende-se quanto não se dobrar diante da violência, formas amiúde de “atualização” do contexto político, ao fim e ao cabo reiteram a antinomia política que rege a dinâmica da comunidade.

Seguir uma outra ética, portanto, a da “vida sem forma” (da “comunidade que vem”) no sentido agambeniano, é subtrair o próprio corpo (incluam-se aí também garganta, boca e língua) desta lógica do sacrifício honrado ou do arrependimento medido. A deserção, por isso, parece ser a atitude (talvez nem mesmo escolhida) de Sarduy: autor que viaja para Paris com uma bolsa para estudar arte, concedida pelo governo revolucionário ainda não extremista, e que por prorrogar demais sua estada no país estrangeiro fica impedido de regressar à ilha. Pode-se dizer que o atraso de Severo lhe custa o exílio. Entretanto, em lugar da ação acusadora – direta e desmetaforizada –, sua obra se erige, a meu ver, como potência de erotização contínua do significante, sem dúvida oposta à sisudez do discurso oficial da revolução, cujos signos, vale a pena lembrar, estão contraditoriamente repletos de fetichismo: há, por exemplo, registros históricos em vídeo (disponíveis no youtube) de Che Guevara “sem camisa” ajudando no trabalho das comunidades agrícolas de Cuba. Nas poucas vezes em que adota um tom mais direto de ironização a respeito dos ícones da Revolução Cubana, Sarduy prefere o desvelamento desta pulsão erótica que se mistura à manifestação política de esquerda, principalmente nos anos 1960 e 1970. Vejam-se, por exemplo, os seguintes retalhos do seu texto teatral “Los matadores de hormigas”:

*Nada pertenecía a nadie. (...) Amor libre. (...) Antes de retirarse a la manigua, y de romper definitivamente con toda sociedad, habían realizado un último acto rebautizando el puente Salazar, en las afueras de Lisboa. (...) El nuevo nombre adoptado fue, de un lado del puente, Bakunin. Pero los más radicales, (...) escribieron sobre el otro pilar el nombre de William Borroughs. Otros propusieron (...) Che Guevara. (SARDUY, op. cit., p. 1083-1084)*

Outro tipo de configuração desse gesto político da escrita sarduyana pode ser percebido no romance *Cobra*, onde o deslize do “*viril presidente de la delegación cubana*” ao cortejar um cantor octogenário da Ópera de Pequim travestido de dama jovem ameaça desfazer a ordem estabelecida. Roberto Echavarren (1998, p. 124) assinala que “*La novela puede leerse a partir de este indicio como un contradiscurso que no nombra a su contrincante salvo al entresacar, del discurso de tal contrincante, aquello que no quiso decir, o de su iconografía, aquello que no quiso hacer*”. Se bem esta possa ser uma interessante chave de interpretação, acredito recair no erro de transformar elementos marginais do texto em seu foco de estruturação temática e formal. Caso seja realmente um “contradiscurso”, não se pode ignorar que ele está subsumido num contexto de silêncio em relação à Revolução Cubana. De fato, Sarduy quase nunca se manifestava pública e diretamente, em textos literários, ensaios ou entrevistas, contra o regime – talvez para proteger seus pais e sua irmã, que sempre viveram em Cuba. Desse modo, sua obra configura um ato de deserção que não exatamente ignora os acontecimentos políticos, mas, na verdade, torna ainda mais complexo o campo de tensões do qual se retira. Aproveitando o ensejo, gostaria de sinalizar uma ponte entre o caso cubano e o caso argentino, valendo-me da análise que Gabriel Giorgi faz do texto de Ricardo Piglia, “La invasión”, em que homossexuais e desertores se cruzam na cela de uma cadeia, no contexto da Revolução Libertadora na Argentina pós-peronista dos anos 1960:

*(...) el desertor ha decidido no pelear, y fundamentalmente ha decidido que su cuerpo no pertenece a ningún orden colectivo,*

*que no es emblema ni carne de ninguna guerra; el desertor vacía el discurso y la euforia de la guerra, le saca contenido y deseo, y resta su cuerpo a esa economía.* (GIORGI, 2004, p. 58)

### 3. Algumas aproximações

Penso que seja possível ainda fazer a questão da deserção ultrapassar os limites da leitura de Sarduy e invadir o quadro de análise de Perlongher, visto que, em ambos, a manifestação biopolítica de insubmissão do corpo gay e do desejo homoerótico marca o não-endosso da polarização maniqueísta entre esquerda e direita, igualmente visível nos debates em torno da Revolução Cubana e do militarismo argentino. Tampouco esses escritores assumem integralmente o discurso pró-direitos humanos que determinada ala da intelectualidade de esquerda lança em oposição aos antigos modelos de guerrilha. Daí a deserção, para eles, constituir uma forma de crítica simultânea aos paradigmas tidos como reacionaristas ou protagônicos por seus próprios pares: isto explica, por exemplo, a relação meio ambivalente e esquiva que Sarduy teve na França com o grupo da *Tel Quel*, ligado explicitamente ao marxismo e ao maoísmo durante determinada época; explica ainda as diversas ironias que Perlongher fez aos seus interlocutores brasileiros – entre eles, a militância petista e o Grupo Gay da Bahia. A propósito disso, leia-se o seguinte fragmento do ensaio perlongheriano “El sexo de las locas”, que revela uma posição antidogmática face ao polimorfismo do desejo, de modo que, em lugar da defesa da formação de guetos comunitários, solicita o entre-lugar de uma comunidade desejante, complexificando assim diretrizes das políticas de gênero e sexualidade que vêm se desenvolvendo nos últimos quarenta anos na América Latina:

*Entonces, cuando se cuestiona la normalidad, cabe cuestionar también la pretensión de clasificar a los sujetos según con quien se acuestan. Pero lo que confunde las cosas es que la normalidad alza los estandartes de la heterosexualidad, se presenta como sinónimo de heterosexualidad conyugalizada y*

*monogâmica. Eso abre las puertas para una tentación: reivindicar la homosexualidad “revolucionaria” vs. la heterosexualidad “reaccionaria”. Algunos hechos, empero, sabotean estas simplificaciones: la marica casada, el chongo que sale con minas y hace de tanto en tanto una escapadita por Charcas, un travesti que dice de su amante: “Él no es homosexual, ni activo ni pasivo. Él es hombre, hombre: le gustan las mujeres. Yo le he preguntado por qué está conmigo y lo único que me responde es que me quiere”. (PERLONGHER, 1997, p. 32)*

Gostaria de relacionar a questão do desejo discutida aqui à negação da ideia de transcendência da lei em *Kafka: por uma literatura menor*, de Deleuze e Guattari. Segundo esses autores, para além da ideia de “necessidade” da justiça, é preciso refletir sobre seu caráter desejante, polívoco e movente. Os acusados pela justiça são os mais belos, “são os reconhecidos por sua estranha beleza” (DELEUZE/GUATTARI, 1977, p. 74). Nesse sentido, é interessante questionar se o que está em jogo na inversão histórica de tons – da intensidade da repressão ao agravamento das denúncias anti-repressoras –, tanto no caso argentino quanto no cubano, é de fato uma distinção de valores, ou se a vontade de poder que atravessa ambos os discursos, de certo modo, os reúne numa mesma esfera. Se os anos 1960 e 1970 são os ápices do repúdio à homossexualidade por parte da Revolução Cubana e dos governos militares na Argentina, as décadas de 1980 e 1990 serão os períodos de crítica irascível ao machismo estadista por parte da esquerda. Note-se que, neste período, apesar da permanência de preconceitos velados, configura-se o começo do processo de abertura democrática na América Latina, marcada em alguns países, inclusive o Brasil, pela (re)incorporação dos intelectuais dissidentes às instituições oficiais, sobretudo as universidades. Ou seja, de algum modo, a etapa de maior deserotização/oficialização da esquerda é também seu momento de maior fôlego acusatório, de sorte que uma das raras falas de Sarduy em relação à questão gay, em “Para una biografía pulverizada en el número – que espero no póstumo – de Quimera” (texto de 1990), chega a soar conservadora para muitos:

- ¿La Homosexualidad? Si no hablo de eso con frecuencia es porque, para mí, es un asunto, estrictamente, de gusto personal. No le otorgo ninguna connotación, ningún valor, ni positivo ni negativo. No creo que represente una subversión, ni una virtud. Es como ser diabético, o filatélico. Algo que merece ni el menor comentario. Considero, demás está decirlo, que la persecución de homosexuales que hubo en Cuba – espero que se haya terminado – fue una verdadera ignominia, y nunca me repondré de no haber figurado en la versión definitiva de la película de Néstor Almendros. Mi participación duró dieciocho minutos y tuvo que excluirse de la versión final. Lo lamenté: hubiera querido denunciar públicamente, como lo hice por escrito en el libro que Néstor publicó, esa inquisición de los torquemadas cubanos. Me aseguran que la ola de terror pasó... (SARDUY, op. cit., p. 14)

Apesar de reconhecer e elogiar o trabalho empreendido por Almendros e Jiménez Leal em *Conducta impropia*, Sarduy evita sistematicamente utilizar a questão homossexual como forma de protagonismo estético ou político. Sua literatura prefere a exacerbação metafórica barroca, que amplifica a distância entre figura e sentido<sup>8</sup>, além de não se deixar obsedar pelo “desejo de acusação” e pelo “fascínio do acusado”. Neste ponto, é importante assinalar a polivalência da perspectiva poética e ficcional de Sarduy, assim como a de Perlongher, no sentido de que o mesmo olhar que focaliza o corpo homoerótico investe de desejo vários outros objetos, corpos e paisagens. Esse é um modo de indicar que, no debate político, o desejo não está imobilizado em nenhuma das partes que se antagonizam, tampouco onipresente na forma de uma lei superior que regularia a distribuição de todos os partidos e correntes ideológicas na sociedade civil. Reconhecer sua força implica observar “não o que se passa na tribuna, nem os movimentos de conjunto dos dois partidos, mas as agitações moleculares que colocam em jogo os corredores, os bastidores, as portas de trás e os cômodos ao lado” (DELEUZE/GUATTARI, op. cit., p. 75). Por isso, na leitura destes autores, pretendo evitar a vitimização e a guetificação, características do discurso gay militante. E, conforme afirma Perlongher (op. cit., p. 188), “*No es que estemos negando la persecución: por el contrario, las políticas de moralización del Estado (...) parecen ser la principal*

---

<sup>8</sup> Veja-se, a propósito dessa questão, o ensaio de Sarduy intitulado “Sobre Góngora: la metáfora al cuadrado” (In: SARDUY, op. cit., p. 1155-1159).

*fuelle de problemas concretos*". No entanto, é preciso ter atenção às deambulações cotidianas e às contiguidades – ressaltadas pelas obras de ambos os escritores –, modos de cruzamento do erotismo gay com todo o corpo social: “*para qué tanto empecinamiento en agruparlos en identidades separadas cuando el malandro transa con el borracho, la marica fuma con el maconiero, y la puta hace programa con el transeúnte, etcétera*”? (Ibidem).

## 4. Referências

- ADORNO, T. *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades, 2003.
- AGAMBEN, G. *La comunidad que viene*. Valência: Pre-Textos, 2006.
- ARFUCH, L. Violencia política, autobiografía y testimonio. *Grumo*, Buenos Aires/Rio, v. 8, p. 16-21, julho de 2010.
- BOLLIG, B. *Néstor Perlongher. The poetic search for an argentine marginal voice*. Londres: University of Wales Press, 2008.
- CANDIDO, A. *Ensayos y comentarios*. São Paulo/México: Unicamp/FCE, 1995.
- CARDOSO, F. H. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.
- CASTAÑEDA, J. G. *Che Guevara: a vida em vermelho*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 2007.
- ECHAVARREN, R. *Arte andrógino. Estilo versus moda en un siglo corto*. Montevidéo: Brecha, 1998.
- FERNANDES, F. *Da guerrilha ao socialismo. A Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- GARRIDO, H. B.; SCHWARTZ, A. G. Las mujeres en las organizaciones armadas de los '70. La militancia en Montoneros. *Revista Género*, Niterói, v. 8, n. 2, p. 103-128, 1º sem. 2008.

- GIORGI, G. *Sueños de exterminio. Homosexualidad y representación en la literatura argentina contemporánea*. Rosário: Beatriz Viterbo, 2004.
- HOCQUENGHEM, G. *A contestação homossexual*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- LÖWY, M.; BENSAD, D. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.
- MARQUES, L. O papel dos intelectuais na revolução cubana – o caso Padilla. *Em Tempo de Histórias* – Publicação do PPG-HIS/UnB, Brasília, n. 13, p. 105-123, 2008.
- PALMEIRO, C. *Para ser bella hay que sufrir: escrituras y prácticas de la diferencia entre Argentina y Brasil*. [Tese de doutorado] Nova Jersey: Universidade de Princeton, 2010.
- PERLONGHER, N. *Prosa plebeya*. Buenos Aires: Colihue, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Un barroco de trinchera: cartas a Baigorria*. Buenos Aires: Mansalva, 2006.
- RAPISARDI, F.; MODARELLI, A. *Fiestas, baños y exilio. Los gays porteños en la última dictadura*. Buenos Aires: Sudamericana, 2001.
- RODRÍGUEZ PEREYRA, R. *Visibilidad homoerótica en Buenos Aires: una aproximación al análisis de los estereotipos gays en el cine argentino (1933-2000)*. [Tese de doutorado em História] Buenos Aires: Universidad Torcuato Di Tella, 2004.
- SANTIAGO, S. *O cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- SARDUY, S. *Obra completa*. Colección Archivos. Madri: ALLCA XX, 1999.
- SARLO, B. *A paixão e a exceção: Borges, Eva Perón, Montoneros*. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/Ed. UFMG, 2005.
- SONTAG, S. *Doença como metáfora. AIDS e suas metáforas*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.